


ESCRITORIO DE ADVOCACIA
SILVIA G DA CONCEIÇÃO

458
we
Supram SM
R422538/15
06/08/15


AO

ILMO. SR.

PRESIDENTE DA COPA - Comissão Paritária Sul de Minas do Conselho Estadual de
Política Ambiental - COPAM,

SUPRAM Sul de Minas

PROCESSO : 10050000429/14

OBJETO: INTERVENÇÃO AMBIENTAL – SUPRESSÃO DE MACIÇO FLORESTAL DE
ORIGEM PLANTADA, TENDO PRESENÇA DE SUB-BOSQUE, LOCALIZADO DENTRO E
FORA DA APP.

ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO

A empresa **CUME ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA**, empresa privada, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.335.362/0001-12, sediada na rua Vinte e um de abril, no. 437/ 02, Bairro Eugenio Melo, São José dos Campos/SP, CEP:12.247-100, onde recebeu o comunicado através do Ofício 102/2015/SUPRAM-SM – Indeferimento, representada neste ato por seu sócio/proprietário **Carlos Eduardo Elizeu Canellas**, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na Av. Olivo Gomes, no 755, Apt 121-B, Bairro Santana, São José dos Campos/SP, CEP 12.211-115, vem, através de sua procuradora infra assinada (procuração anexa) interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO EM FACE DE DECISÃO DA COMISSÃO PARITÁRIA – COPA** que **INDEFERIU PA 10050000429/14**, com fulcro nos artigos 62 e segs. da Deliberação Normativa COPAM nº 177, de 22 de Agosto de 2012 e arts. 34 e segs. da Resolução Conjunta SEMAD/IEF 1905 de 12 de agosto de 2013., pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

Aduz o artigo 35 e segs. da Resolução Conjunta SEMAD/IEF no. 1905/2013, notadamente o art. 37 - O prazo para interposição do recurso contra decisão a que se referem os artigos 36 e 37 é de 30 (trinta) dias, contados da publicação da decisão.

458
up

Assim, considerando que o indeferimento foi preferido na 23ª Reunião Ordinária da Comissão Paritária Sul de Minas do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, Comissão Paritária acontecida no dia 06 de julho de 2015 Centro Administrativo Regional Sul de Minas/Sala de Videoconferência do SISEMA Sul é o presente recurso **TEMPESTIVO**.

Ressaltando que a comunicação formal do indeferimento se deu através do Ofício 102/2015/SUPRAM-SM, datado de 20 de julho de 2015.

DA COMPETENCIA

Considerando que compete a URC decidir sobre recurso interposto em face de decisão da COPA, conforme disposto na Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 1905, de 12 de agosto de 2013 no artigo abaixo transcrito:

"Art. 32 - Compete à Unidade Regional Colegiada - URC do Copam decidir, como última instância administrativa, recurso interposto em face de decisão da Copa relativa ao requerimento de intervenção ambiental previsto no art. 16.

Parágrafo único. O recurso será dirigido ao Presidente da Copa, o qual, se não reconsiderar a decisão, encaminhá-lo-á ao Secretário Executivo do Copam, que realizará o juízo de admissibilidade."

Assim, competente a instancia a qual se dirige o recurso.

DOS FATOS

A Recorrente é legítima proprietária do imóvel constituído pela Fazenda da Pedra – Gleba 19, comumente conhecida como Fazenda Maria, situada na Zona Rural do município de Conceição das Pedras/MG, aproximadamente, 9,0 km do município em questão na qual contém uma floresta plantada de araucárias e, de modo a atender os preceitos legais para executar a atividade de silvicultura, formalizou no Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Pouso Alegre o processo administrativo de no. 10050000429/14, requerendo a autorização para Intervenção Ambiental a fim de suprimir exclusivamente o maciço florestal de araucária.

Porém, na sessão de julgamento da Comissão Paritária acontecida no dia 06/07/2015, foi este indeferido, conforme faz prova comunicação da decisão datada de 20 de julho de 2015.

[Handwritten signature]

459
up

Entretanto, resta comprovado nos estudos apresentados a viabilidade jurídica e técnica para o exercício da atividade de silvicultura pleiteada, conforme passamos a relatar e requerer ao final.

Breve Histórico

Conforme consta da declaração emitida de próprio punho pela ex-proprietária, Leni Hermes Prates da Costa, sua família adquiriu a Fazenda da Pedra do Sr. Manoel Aurélio da Silva, em 1981. Informa que propriedade possui mais de 100 anos de existência, e a vendeu a empresa CUME, ora Recorrente.

Relatou também como ocorreu o plantio *do pinhal*, como dito pela declarante. Que parte desta plantação foi feita pelo avô do sr. Manoel Aurélio da Silva, mas, em decorrência de uma *queimada* na área, acontecida a mais de 20 anos, este fez o replantio destas espécies de araucária, isto no anos de 1935. E mais, quando adquiriu a fazenda já havia 85 anos que estas ali existiam.

Numa leitura simples, atentando-se para os períodos/anos, tem-se claro que tudo aconteceu anterior a legislação ambiental atual, a qual, ressalta-se, nem mesmo existia no mundo jurídico.

Outro fato importante a destacar é quanto às técnicas de plantio utilizadas naquela época, certamente não se falava em manejo ou técnicas mais aprimoradas, a não serem aquelas passadas de pai para filho e sem qualquer embasamento técnico ou cuidado específico com relação a tipo, espécie e forma. Melhor dizendo, nessa época as técnicas agrícolas e silvícolas eram rudimentares, diferente de hoje que se preza pelo plantio de mudas selecionadas, na disposição (trilhas x linhas) mais adequada a variedade escolhida, sem dizer sobre os produtos fitossanitários existentes, entre outras ditas tecnologias aplicadas a ciência da Silvicultura.

Há ainda de se mencionar que, não houve o devido cuidado do imóvel por parte do proprietário anterior, ficando este a cargo da própria natureza. E, a espécie em tela, a araucária, mesmo sendo espécie nativa de distribuição não local, nenhum obstáculo encontrou para seu desenvolvimento. Há de dizer que a distribuição geográfica no Brasil se dá predominantemente no Sul do país, com incidência na região da Serra do Mar, prolongando-se até a Serra da Mantiqueira em MG, situação não conferida para o município de Conceição das Pedras, pois não se encontra inserida na Serra da Mantiqueira.

Vale ressaltar que com isto, está na verdade impedindo o desenvolvimento sadio e natural da Floresta Estacional Semidecidual do bioma da Mata Atlântica que é a espécie ali predominante e nativa de distribuição local na forma de sub-bosque desse Maciço Florestal de Araucária. Tem-se clara a existência de um corpo estranho nesta região, causando, em tese, impacto negativo ao meio ambiente.

[Assinatura]

[Assinatura]

460
cy

Já dito e sabido que área de incidência desta espécie acontece majoritariamente na região Sul do Brasil, podendo também ser encontrada no leste e sul do estado de São Paulo, sul do estado de Minas Gerais, notadamente na Serra da Mantiqueira, na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro. Portanto não se pode afirmar ser a espécie nativa de distribuição local.

Consta do Parecer único e ofício informando da decisão que proferiu o indeferimento que, em que pese a declaração da vendedora, o local se encontra descaracterizado, não apresentando características de ser floresta plantada. Mas, há de se lembrar da época do plantio.

Tal situação foi acima esclarecida e atentou para o fato de atuação do tempo transcorrido e a atuação deste na natureza, devendo ser considerado que o local não recebeu qualquer tipo de trato. E mais, a forma de plantio á época não seria a atual desenvolvida. Em resumo, **não se pode descaracterizar o que não teve caracterização**, pois o plantio não seguiu nenhuma técnica ou regra. Ademais, nos sítios e fazendas limítrofes e próximas a Fazenda da Pedra – Gleba 19 não se encontra a ocorrência de araucárias, situação conferida também na Fazenda da Pedra – Gleba 18, adquirida para fins de Reserva Legal, que dista em linha reta aproximadamente 2km, não possui nenhuma ocorrência de araucária. Sem dizer do conhecimento notório de moradores do entorno e antigos funcionários que confirmam a situação do plantio.

Importante também constar sobre a validade jurídica da declaração da vendedora, em face da sua presunção de legalidade- *juris tantum*, necessitando prova em contrário. Assim, há de se considerar o declarado pela ex-proprietária quanto à forma que se deu a plantação naquela época, bem como as suas circunstancias e costumes. No caso em tela trata-se de uma plantação feita a mais de 100 anos. (grifo nosso)

DO PARECER ÚNICO

No Parecer Único emitido pelo Núcleo Regional, informam os responsáveis que:

“Observou-se em vistoria e através da planta topográfica apresentada pelo responsável técnico que a área solicitada para exploração da espécie Araucária angustifolia (Araucária), requeridas para exploração é parte de enorme grande bloco de vegetação nativa em área de tensão ecológica entre Floresta Estacional Semidecidual Montana, Floresta Ombrófila Mista e Floresta Ombrófila Densa (1) em estágio Médio/Avançado de regeneração natural (2) e limítrofe à áreas de pastagem e cultura anual (tomate, pimentão e abóbora) (3) (grifos nossos)”

Entretanto, iremos demonstrar pontos controversos, os quais não acolhem a realidade dos fatos e guerreiam com a possibilidade jurídica da

[Handwritten signatures and initials]

atividade existente. Ao alegarem que a vegetação de araucária é parte desse grande bloco de vegetação nativa, estudos comprovam as reais áreas de incidência da espécie objeto da supressão- Araucária angustifolia (Araucária). Sem perder o ponto focal, ainda se trata de uma floresta plantada, cuja proposta será o corte seletivo das espécies de Araucária sem remoção do sub-bosque de Floresta Estacional Semidecídua.

(1) Fitofisionomias da Região

A distribuição natural dessa espécie, originalmente, se estende entre os Estados do Rio Grande do Sul e Paraná, com incidências em áreas esparsas de São Paulo e Minas Gerais, sendo que em Minas sua maior porção se encontra na região do município de Barbacena. Rumo a São Paulo, a sua incidência forma uma fronteira natural com o estado de Minas Gerais até as mediações finais de Joanópolis (São Paulo) e Extrema (Minas Gerais) e, por fim, esta termina na cidade de Bragança Paulista. (<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/> e <http://amaivos.uol.com.br/>)

No estudo – PTRF, no item 6.1.3 - Geologia/Relevo apresentado pelo recorrente consta a seguinte conclusão técnica;

“A Mantiqueira contém remanescentes de ecossistemas do bioma Mata Atlântica, habitat para várias espécies endêmicas. Sua vegetação é diversa por causa das diferenças climáticas dos níveis de altitude. Nas regiões abaixo de 1100 m, predomina a Floresta Ombrófila Densa Montana. Entre 1.100 a 2.000 m encontram-se a Floresta Ombrófila Densa Altomontana e florestas mistas, com a presença de araucária. Na transição para as regiões mais altas aparece uma vegetação mais baixa e uniforme, como os bosques de candeias. Acima de 1800 m, encontram-se também campos de altitude, contendo capins altos em solos pedregosos e espécies adaptadas ao frio (Matutu, 2014).

Diante o exposto acima, considera-se que o município de Conceição de Pedras não se encontra inserida na Serra da Mantiqueira, tão menos apresenta áreas protegidas em seu entorno.”(grifo nosso)

Assim, não há que se falar em espécie nativa de distribuição local, comprovadamente por estudos científicos sobre sua área de incidência e ainda, confirmando o aludido, que na região do município de Varginha está não é sua área original, portanto, descaracterizando sua condição de nativa de distribuição local.

462
up

Ademais, restou claro na declaração da vendedora –Sra. Leni, que foi a dita floresta plantada pelo seu primeiro proprietário a mais de 100 anos, configurando, portanto o Plantio de Maciço Florestal Nativo de Origem Plantada e de Distribuição Não local.

(2) Estágio Médio/ Avançado de regeneração natural

Relata que a *área de tensão ecológica entre Floresta Estacional Semidecidual Montana, Floresta Ombrófila Mista e Floresta Ombrófila Densa em estágio Médio/Avançado de regeneração natural*, indo sentido contrário aos estudos realizados pelos especialistas autores destes, um engenheiro florestal, o qual foi a campo para coletar dados, analisar e compor seus estudos, fato que, no mínimo, põe em dúvida sua própria responsabilidade e capacidade técnica.

Demonstra no referido estudo - PUP, item 4.2 – Uso e Ocupação do Solo, onde informa o mosaico que se encontra a Fazenda da Pedra – Gleba 19, e para um melhor entendimento **Área NÃO Passível de Supressão**, conforme Lei 11.428/06 – Art 14 e **Área Passível de Supressão**, conforme mesma Lei.

Uso e Ocupação do Solo

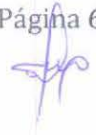

Quadro 4-1 - Planimetria de uso e ocupação do solo da área total da propriedade.

Descrição	Área (ha)	Percentual
FESD-M	26,7608	42,44
FESD-I	3,1124	4,94
Araucária com Sub-bosque de FESD-M	4,3428	6,89
Araucária com Sub-bosque de FESD-I	27,0343	42,88
Rocha	1,8015	2,86
Total	63,0518	100

Área NÃO Passível de Supressão

...a maior porção da propriedade é composta por áreas de Floresta Estacional em Estágio Médio de Regeneração – FESD-M representando 42,44% da área total, não sendo, portanto, passível de exploração, por não apresenta um número suficiente de Araucária que viabilize a exploração nestas áreas. As áreas representadas por Floresta Estacional Semidecidual em Estágio Inicial de Regeneração – FESD-I representam 4,94%, tal área também não será passível de exploração. Esta duas áreas juntas, representam 47,38% da área total. Somando as duas áreas anteriores com as áreas com presença de rocha, tem-se um total de 50,24% de área as quais não serão passíveis de exploração, o que representa pouco mais da metade da área total da fazenda.

Área Passível de Supressão

463
Lyo

Levando-se em consideração àquelas áreas as quais serão passíveis de exploração, tem-se um total de 49,76%, sendo que 42,88% é composta por áreas de Araucária com presença de sub-bosque de FESD-I e os outros 6,89% é composto por Araucária com presença de sub-bosque de FESD-M.

Nota, o pedido da Supressão do Maciço Florestal de Araucária com presença de sub-bosque de FESD-M **não contraria a Lei 11.428/06**, uma vez que a supressão será seletiva para a Araucária e não para o sub-bosque, que é a vegetação nativa de distribuição local do bioma Mata Atlântica.

Da mesma forma reforça ao pedido o Corte Seletivo (melhor tratar dessa forma do que SUPRESSÃO) das espécies de Araucárias dentro da APP, conforme permitido pela Resolução SEMAD/IEF 1.905/13 Art 25 – II. Segundo PUP, também item 4.2 – Uso e Ocupação do Solo. *Ressalta que os quantitativos abaixo informados já estão compreendidos acima (Área Passível de Supressão).*

Levando em consideração àquelas áreas as quais serão exploradas, tem-se que para a área de araucária com presença de sub-bosque em estágio médio de regeneração, 90,02% da área esta localizada fora de APP, ENQUANTO SOMENTE 9,98% ENCONTRA-SE LOCALIZADA NO INTERIOR DE APP

Para as araucárias com presença de sub-bosque em estágio inicial de regeneração, 72,46% da área situa-se fora de APPs, ENQUANTO 27,54% ESTA LOCALIZADA DENTRO.

Considerando uma área total de 13,0380 ha de APP em toda a propriedade, A SUPRESSÃO OCORRERÁ EM 7,8781 HA, o que corresponde a 60,42% de intervenção em APP.

(3) Entorno da Fazenda da Pedra – Gleba 19

Ressalta-se também, conforme própria afirmação em Parecer Único – Anexo III da equipe vistoriante, vez que ao redor da área existem culturas anuais e pastagens, ou seja, para tais atividades houve autorização para seu exercício, portanto, há de se entender ter havido supressão de vegetação. Partindo da premissa que a espécie é nativa naquela área e pela tipologia da floresta como descrita no Parecer Único, conduz ao entendimento, que houve intervenção nos mesmos moldes e condições. Fato esse que não sustenta existir um julgamento diverso para casos análogos.

[Assinatura]

[Assinatura]

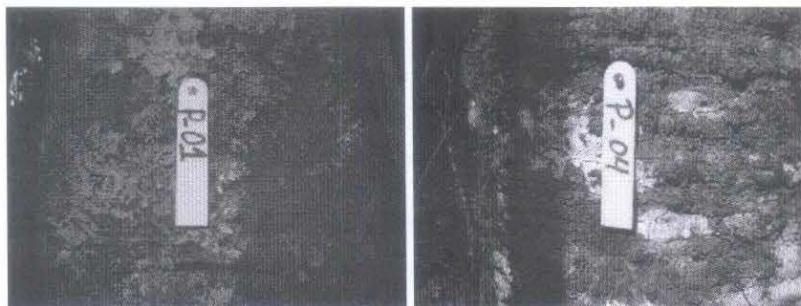
A supressão, no caso, ocorrerá em área permitida por lei, tendo seu embasamento, principalmente nos estudos técnicos apresentados, estudos esses que seguiram todos os procedimentos e técnicas necessárias para sua elaboração.

E também consta do Parecer:

Foi informado que o inventário florestal foi realizado através de amostragem em parcelas de 10m x 50m que receberam placas de identificação e demarcadas com barbante em todo o perímetro. No entanto tais parcelas não foram encontradas em campo na data da vistoria, embora os técnicos vistoriantes estivessem acompanhados pelo representante da propriedade e pelo responsável técnico.

O fato real informado pelo Sr. Ivan Leal Valentim, engenheiro florestal responsável e um dos acompanhantes, é que a equipe dos técnicos vistoriantes no dia não estava preparada de ferramental (GPS, trena, facão, etc) e técnicas para a conferência do inventário florestal, no entanto o mesmo se mostrou a disposição para auxiliá-los, utilizando do seu GPS para uma busca rápida de uma das parcelas, contudo a celeridade que se dava a vistoria se tomou de acordo comum e espontâneo continuar a vistoria de outros quesitos, por exemplo, da fitofisionomia, deixando entendido como satisfatório esse item, **até mesmo porque a condução é de exclusiva responsabilidade dos vistoriantes.**

Da mesma forma, tal situação não corresponde a verdade como comprovam as fotos abaixo, extraídas dos estudos a demarcação feita pelos técnicos. Demarcações que se encontram ainda no local, podendo ser conferida a qualquer tempo.



Abrindo um parênteses na primeira visita à Fazenda da Pedra a equipe, na figura da Sra Valdene de Alvarenga Souza, entrou em contato telefônico com o Sr. Fabrício Teixeira de Melo – Responsável pela empresa Consultora perguntando se poderia encontra-la em Conceição das Pedras para a vistoria, o mesmo alegou que não, porque a empresa sediava em Belo Horizonte, conforme identificação no estudo (PUP) e precisaria ser agendada com no mínimo 01 (um) dia de antecedência para deslocamento e planejamento do acompanhante. Fato esse que foi agendada a nova vistoria acompanhada pelo Sr. Ivan. A falta de planejamento

465
Lp

percebida para a equipe vistoriante foi corriqueira. Em nenhuma das duas visitas foram feitos relatórios técnicos, tão menos cancelados pelos responsáveis acompanhantes. O relatório de vistoria é situação de praxe e obrigatório para uma vistoria oficial do SISEMA. Sem mencionar que a falta de planejamento enseja em custos, prazo, qualidade técnica e outras problemáticas, algumas méritos desse recurso, outros talvez não.

Também foi citado no parecer "Não foi citada a metodologia para a determinação da altura dos indivíduos arbóreos." Fato que não confere segundo PUP Item 7.2.2.2 Mensuração:

Para as alturas, em relação ao sub-bosque, foram estimadas as alturas totais, enquanto para as Araucárias, foram estimadas tanto as alturas totais quanto as alturas comerciais.

DA RECUPERAÇÃO DO BIOMA MATA ATLANTICA

No estudo apresentado para recuperação da área, prioriza-se a recomposição do Bioma Mata Atlântica.

Foram considerados, especialmente a forma de extração, caracterizada como de baixo impacto, situação permitida pela Resolução Conama 369/06.

O corte dos indivíduos se dará de forma isolada, preservando assim o sub-bosque e ainda, utilizando tração animal para menor impacto na atividade.

No tocante a forma de reconstituição apresentada, foram adotadas duas formas; a de plantio de mudas em substituição às Araucárias e a técnica para a condução da regeneração natural e reconstituição da flora.

A técnica do plantio (reconstituição da flora) para a substituição das espécies de araucárias seguirão os processos indicados e adequados tecnicamente para que ocorra o "enriquecimento" da área. Nesse plantio, que acontecerá sob as copas das árvores, serão utilizadas espécies não pioneiras (secundárias tardias e climáticas), que toleram ambientes sombreados.

Já a técnica de regeneração natural, um dos métodos recomendados para restauração florestal em Áreas de Preservação Permanente pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente e é a estratégia mais indicada para áreas que apresentam pequeno grau de perturbação (Cury, 2011).

Ela é uma das maneiras de se garantir a preservação do patrimônio genético e de uma elevada diversidade de espécies no local restaurado, vez que, para a maioria dessas espécies, não há mudas disponíveis. Outro fator positivo é

dep

And

que esse método permite que espécies arbustivas, lianas e herbáceas nativas sejam incorporadas à área, aumentando a representatividade florística e genética das formações vegetais em restauração e garantindo, assim, maior probabilidade de sucesso (IMAFLOA, 2008).

E os estudos ainda indicam ser de suma importância eliminar o fator degradador que aumentam os custos de manutenção e implantação do projeto, no caso em questão, o fator degradador são os bovinos de proprietários das áreas vizinhas que possam invadir a área alvo do projeto.

O incentivo a recuperação deste bioma se vê na própria Lei, nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 em seu artigo 7º :

"Art. 7º A proteção e a utilização do Bioma Mata Atlântica far-se-ão dentro de condições que assegurem:

I - a manutenção e a recuperação da biodiversidade, vegetação, fauna e regime hídrico do Bioma Mata Atlântica para as presentes e futuras gerações;"

Dentre os vários objetivos das políticas ambientais a fim de se recupera a Mata Atlântica, destaca-se o de contribuir para o fortalecimento do SNUC, especialmente no aumento da área protegida da Mata Atlântica, situação proposta no Projeto Técnico de Recuperação.

Foram descritos, detalhadamente, toda forma e condição utilizadas para a regeneração do bioma, obviamente corroborando com os das políticas governamentais.

Vê-se que a análise pelo órgão ambiental teve uma visão única e exclusiva no aspecto literal da lei, desconsiderando a visão macro e futura das possibilidades positivas que trará a intervenção ambiental ora pleiteada.

Ademais, por todo estudo apresentado se verifica latente o impacto positivo, ao contrário do informado no Parecer Único.

DA FORMA SUGERIDA PARA A SUPRESSAO

Quanto ao corte seletivo desta floresta plantada nativa de araucárias o entendimento, conforme o estudo técnico é que será de baixo impacto, e também de impacto positivo visto se tratar de espécie introduzida na região.

Conforme Resolução CONAMA 01/86 considera-se;

" **IMPACTO AMBIENTAL** qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante

467
24

das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais."

Diante da análise ambiental dispendida sobre o EMPREENDIMENTO afirma-se que a atividade exercida: **Não** causará danos à população; Trará benefícios socioeconômicos; Reconstituirá a FESD de dominância na região; e Não comprometerá os recursos ambientais. Dessa forma pode se concluir que a atividade intervém com a característica de Baixo Impacto para Insignificante, sem dizer de eventual ocorrência.

Ademais, trazendo os principais autores, Leopold (1971) e Sánchez (2006) sobre o tema Avaliação de Impacto Ambiental, a resposta de significância BAIXA do impacto se confirma para a atividade em tela.

ALTERNATIVAS LOCACIONAIS

Considerando que o objeto da autorização ambiental pleiteada é exclusivamente a supressão das araucárias, inexistente a possibilidade de alternativa locacional e mais, a possibilidade de recuperação do Bioma, coadunam para o equilíbrio da área em tela.

DO FUNDAMENTO LEGAL E DA POSSIBILIDADE JURÍDICA

Em que pese o relatado no parecer e no comunicado da decisão não há que se falar no desamparo da legislação pertinente, senão vejamos:

A Fazenda da Pedra – Gleba 19, conforme mapa de uso do solo apresenta uma composição de floresta plantada de araucária, com mais de 100 anos, conforme declaração do ex-proprietária (doc. anexo). Sua formação (42,88%) é constituída com sub-bosque de floresta estacional semidecidual *em estágio inicial*, e formação constituída (6,89%) de sub-bosque em estágio médio, conforme demonstrado nos estudos apresentados.

Há também, a presença de áreas que a Floresta Estacional Semidecidual que sobressaíram sobre o plantio de araucária, cujos estágios de regeneração encontram-se em inicial e médio.

Resta comprovado pela declaração da ex proprietária, Sra. Leni e também pela entrevista realizada com o Sr. José Donizete, ex-funcionário do antigo proprietário da fazenda, além dos estudos técnicos feitos no local do

[Assinatura]

[Assinatura]

463
lp

empreendimento, a confirmação do plantio daquela floresta. Ambos revestidos de presunção de legalidade, portanto, incontroverso até prova ao contrário.

Nesse sentido, a legislação a seguir vem amparar o pedido do recorrente.

A Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 a qual dispõe sobre as políticas florestais e de proteção à biodiversidade no Estado de Minas aduz:

Artigo 70, § 2º:

"O corte e a exploração de espécies nativas plantadas em área de uso alternativo do solo serão permitidos independentemente de autorização prévia, devendo, para fins de controle de origem, o plantio ou o reflorestamento estarem previamente cadastrados no órgão ambiental competente e o corte ou a exploração serem previamente declarados, assim como deve ser feito o recolhimento da taxa florestal, cujo comprovante de pagamento deverá acompanhar o documento de controle."

A Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006 que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências, notadamente em seu § 1º do "Art. 1º

*"§1º Somente os remanescentes de vegetação nativa primária e vegetação nativa secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração na área de abrangência do mapa definida no caput terão seu uso e conservação regulados por este Decreto, não interferindo em áreas já ocupadas com agricultura, cidades, pastagens e **florestas plantadas** ou outras áreas desprovidas de vegetação nativa."*

Conforme todo o exposto quanto à característica da fazenda em sendo constituída por floresta plantada, tem-se no § 1º retro transcrito a possibilidade jurídica para deferimento do pedido.

Considerando ainda o estágio do sub-bosque ali presente, vem ao artigo abaixo, do mesmo diploma legal amparar essa possibilidade, vez que comprovado pelos estudos a condição daquela vegetação.

...

"Art. 25. O corte, a supressão e a exploração da vegetação secundária em estágio inicial de regeneração do Bioma Mata Atlântica serão autorizados pelo órgão estadual competente."

Entretanto, importante destacar que em nenhum momento se requereu a supressão do sub-bosque, até porque, este será na verdade totalmente recuperado, como bem descrito no Projeto Técnico de Reconstituição da Flora - PTRF. Nesse sentido, considerando a forma, método e medidas de precaução e

[Handwritten signatures and initials]

mitigadoras para supressão das araucárias, não se aplicam diretamente os respectivos diplomas legais.

No estudo apresentado foi a intervenção caracterizada como de baixo impacto, condição bem demonstrada tecnicamente e acolhida pela legislação.

A Resolução CONAMA 369 de 28 de março de 2006 que: Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP, aduz:

“Seção V

Da Intervenção ou Supressão Eventual e de Baixo Impacto Ambiental de Vegetação em APP

Art. 10. O órgão ambiental competente poderá autorizar em qualquer ecossistema a intervenção ou supressão de vegetação, eventual e de baixo impacto ambiental, em APP”.

Quanto a sua classificação como de interesse social, se considerar por analogia o disposto no art. 3º. da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, no que se refere a recuperação do bioma Mata Atlântica e ao processo desta recuperação, termos além da recuperação a proteção da vegetação nativa, observando o controle, erradicação de invasoras e plantio de espécies nativas. Aplicação clara do Princípio da Preservação, base para a conservação e equilíbrio do meio ambiente aliado a sustentabilidade.

Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1905, de 12 de agosto de 2013 dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental no âmbito do Estado de Minas Gerais e aduz sobre a Supressão Nativa Plantada (Araucárias) tanto maciço quanto isoladas, respeitando suas peculiaridades:

*“Art. 16 - **Compete à Comissão Paritária - Copa do Copam, autorizar as seguintes intervenções ambientais, quando não integradas a processo de licenciamento ambiental (Grifo nosso)..***

...

Supressão de araucária com sub-bosque inicial ou médio;

IV - Supressão de maciço florestal de origem plantada, com presença de sub-bosque nativo com rendimento lenhoso.

"Art. 17 - Compete à Supram autorizar, através de DAIA, as seguintes intervenções ambientais, quando não integradas a processo de licenciamento ambiental:"

Corte seletivo da araucária dentro da FESD em estágio inicial e médio de regeneração, inclusive em APP;

IV - supressão de maciço florestal de origem plantada, localizado em área de reserva legal ou APP.

VII - supressão de florestas nativas plantadas que não foram cadastradas junto ao Instituto Estadual de Florestas – IEF

DA IRRETROTATIVIDADE DA LEI

O Parecer Único alega falta de comprovação da ser a floresta plantada, relegando as declarações apresentadas sobre os fatos ocorridos naquela época, ou seja, a 100 anos atrás.

Há de se entender que houve uma interpretação da lei em seu sentido apenas literal, entretanto, o método de interpretação jurídica não se restringe à simples leitura isolada da literalidade deste ou daquele dispositivo normativo.

Como esclarece Igor P. Wildmann:

"A doutrina, há mais de século, já superou a arcaica concepção de que à norma jurídica só caberia a interpretação literal". (WILDMANN, Igor Pantuzza. Aspectos Jurídicos da Securitização de Dívidas Rurais como Medida de Subvenção Econômica. Belo Horizonte: FDUFG. 1997. P. 16."

A norma deve ser interpretada à luz do ordenamento jurídico, considerando, sobretudo, o respeito aos direitos fundamentais, de forma que haja coerência em sua exegese, respeitando-se as hierarquias normativas, com a submissão das leis ordinárias às normas constitucionais.

Constituição da República de 1.988

Art. 5º. "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

471
wp

O disposto na Carta Magna vem em socorro ao recorrente no que diz respeito à condição preexistente da plantação das araucárias. Devendo ser levado em conta a época em que foram plantadas. Como e qual era a norma naquele tempo. Não cabem no momento enquadrar as condições da época e as exigências atuais.

Ademais, o nosso ordenamento jurídico resguarda a anterioridade da lei, o que se aplica na situação apresentada. E ainda, segundo o entendimento exarado no Parecer, levará não apenas a limitar a utilização da fazenda, mas, na prática, inviabilizar qualquer uso econômico desta.

Vale destacar a importância de haver equilíbrio na aplicação da norma, de forma a preservar os princípios constitucionais consagrados e a harmonia da vida em sociedade.

A lei somente poderá retroagir se for para beneficiar, o que não se vê no caso em tela.

Assim, considerando a temporalidade do fato jurídico – a plantação acontecida a mais de 100 anos, por si só lança por terra o fundamento técnico/jurídico exarado no Parecer único. Sendo, portanto, conduzido por este raciocínio, injustificado o indeferimento ao pedido do Recorrente, no que tange a ausência de comprovação ou a descaracterização de ser floresta plantada. Como mencionado acima, não se pode descaracterizar o que não teve caracterização.

DO RIGOR NA APLICAÇÃO DO PODER DE POLICIA

Outro ponto a ser atacado é a forma de aplicação do **Poder de Policia da administração pública**, o qual no caso em tela se apresenta permeado de rigor.

Ao se tratar desse tema, deve ser observado o limite de sua aplicação, pois, mesmo sendo o ato de polícia discricionário, a lei lhe impõe alguns limites quanto à competência, à forma, aos fins ou ao objeto. A autoridade que fugir a esta regra incidirá em desvio de poder e acarretará a nulidade do ato com todas as consequências nas esferas civil, penal e administrativa.

No caso em tela, há de se considerar o rigor administrativo, levado a uma análise literal da lei e ainda visão restrita da situação, deixando de considerar os resultados favoráveis, notadamente a reconstituição do bioma Mata Atlântica. Quando se trata de meio ambiente há de ser considerada a sua dinâmica, o processo natural de desenvolvimento e recomposição do sistema, e ainda, os efeitos positivos nos aspectos socioeconômicos sustentabilidade.

Apesar de reuniões realizadas com equipe técnica e depois técnica e jurídica a fim de se esclarecer pontos controversos e chegar a um consenso, do atendimento a solicitações de informações complementares, estando

472
np

todo o processo sinalizando ao entendimento para a concessão da autorização, estes não foram levados em conta e, ao que se percebe, houve a aplicação restritiva da lei e das técnicas.

Há de se mencionar ainda que um simples pedido de retirada de pauta, conforme prescrito no inciso V, do artigo 27 da DN 177/2012, em prazo hábil e este foi negado, levando ao julgamento o referido processo. Fato que fere o Princípio da Economia Processual, uma vez que ainda se encontrava em discussões na esfera administrativas. (doc. Anexos)

Clara e incontroverso o rigor no ato da administração pública.

Ao se pensar na situação como um todo a administração pública inobservou o princípio da Razoabilidade desconsiderando, numa visão holística os fatores positivos implícitos no processo

Segundo Heraldo Garcia Vitto:

[...] poder de polícia do Estado compreende leis (função legislativa), atos e comportamentos de autoridades administrativas (função administrativa) [...] quando o Poder Legislativo, por meio de lei, regula a liberdade e propriedade das pessoas em geral, deve observância aos princípios constitucionais da razoabilidade e da segurança jurídica]

Importante destacar que o ato desproporcional sempre deixará de atingir a finalidade da lei.

O princípio da proporcionalidade dos meios aos fins infere que o poder de polícia não deve ir além do necessário para a satisfação do interesse público que visa proteger. **A sua finalidade não é destruir os direitos individuais, mas, assegurar o seu exercício condicionando-o ao bem estar-social.**

(http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=12201)

Assim, em que pese a intenção da administração pública permeada de boa fé, pecou esta no rigor burocrático e entendimento legal/técnico bem como na restrição das normas e visão ampla do objeto de estudo.

Desta feita, resta cristalina a não aplicação de princípios, notadamente o rigor da aplicação do poder de polícia, a razoabilidade e da proporcionalidade tão importantes que direcionam e impõe a nulidade do ato administrativo.

sfly

And

473
Lup

DO PEDIDO

Assim, diante de todo exposto e vastamente comprovada a possibilidade jurídica e técnica do requerimento vem o Recorrente, primeiramente, com fulcro no Art. 32 da Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 1905 requerer a **RECONSIDERAÇÃO** da decisão:

"Compete à Unidade Regional Colegiada - URC do Copam decidir, como última instância administrativa, recurso interposto em face de decisão da Copa relativa ao requerimento de intervenção ambiental previsto no art. 16.

Parágrafo único. O recurso será dirigido ao Presidente da Copa, o qual, se não reconsiderar a decisão, encaminhá-lo-á ao Secretário Executivo do Copam, que realizará o juízo de admissibilidade.

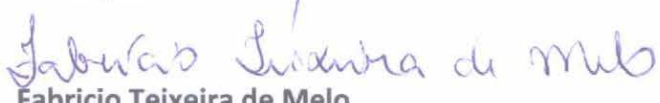
Requer assim o recorrente pela **RECONSIDERAÇÃO** da decisão proferida na 23ª Reunião Ordinária da Comissão Paritária Sul de Minas do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, considerando **DEFERIDO** o pedido de Intervenção Ambiental.

Ultrapassada a reconsideração, **requer** pelo encaminhamento ao Secretário Executivo do Copam, que realizará o juízo de admissibilidade, como acima disposto.

Requer, seja admitido o referido recurso administrativo para ao final julgar **PROCEDENTE** o pedido, concedendo o **DEFERIMENTO** da Intervenção ambiental e a consequente emissão do Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental – DAIA.

Termos em que
Pede e espera deferimento.
Belo Horizonte, 04 de agosto de 2015.


Pp/ SILVIA G DA CONCEIÇÃO
OAB/MG – 66.478


Fabricio Teixeira de Melo
CREA/MG 89016/D

Auto